



*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 30, de 2014, de autoria do Sr. Senador Ruben Figueiró, aprovado em 17 de julho do corrente ano, que tem por finalidade a avaliação de políticas públicas implantadas pelo Governo Federal com o objetivo de analisar a importância do Sistema Financeiro Nacional para o crédito agrícola no Brasil.

Informo à Comissão que esta audiência pública é decorrente da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado para estabelecer procedimentos de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa.

Comunico as presenças dos seguintes convidados e os convido a tomarem assento à Mesa: Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo da Gerência de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia S. A.; Sr. Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (*Pausa.*); Sr. José Rubens Dutra Mota, Gerente do Ambiente de Políticas de Desenvolvimento do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do Brasil; Sr. Amoque Benigno de Araújo, Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional do Tribunal de Contas da União (TCU).

Pergunto ao Senador Ruben Figueiró se deseja se manifestar como Relator do processo? (*Pausa.*)

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores depoentes, convidados, senhoras e senhores que aqui nos honram com as suas presenças.

Sr. Presidente, designado por V. Ex<sup>a</sup>, eu diligenciei duas audiências: a primeira já realizada no mês de julho, e a segunda, esta que V. Ex<sup>a</sup> está presidindo neste momento. Em cumprimento de um trabalho de avaliação de políticas públicas desta Comissão, tendo a satisfação de dar as boas-vindas às autoridades aqui presentes, lideranças setoriais, técnicos, especialistas, que aceitaram o nosso convite para o evento desta manhã.

Inicialmente, desejo informar a V. Ex<sup>a</sup>s, Srs. Senadores e ilustres convidados, que já foram encaminhados requerimentos para a próxima audiência pública, porque, além de estar prevista na Resolução nº 44 desta Casa, há a necessidade da avaliação periódica dessas políticas, porque entendo que o crédito rural tem que ser debatido de maneira exaustiva, tamanha a sua importância para a agricultura e pecuária do nosso País.



Em 10 de junho passado, também em virtude de requerimento, conforme já mencionei, de minha autoria, o assunto integrou a pauta desta Comissão. Naquela oportunidade, tivemos um debate vibrante sobre o tema com representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, da Pesca e Agricultura, e com representantes do Banco Central do Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O objetivo da Comissão, agora, é dar continuidade à análise das políticas públicas que cuidam do planejamento, execução e controle do crédito rural. A matéria é, desde sempre, relevante e de interesse direto de todos os segmentos da economia nacional dedicados às atividades da agropecuária. Temos, no Governo, um sistema integrado de ministérios, Banco Central, bancos públicos para tratar do crédito rural, formando um modelo de gestão ágil e que permite ajustes nas normas infralegais, sempre com a participação do Conselho Monetário Nacional, composto pelos Ministros da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Presidente do Banco Central.

O Bacen compila no Manual de Crédito Rural as normas para o setor, que devem ser seguidas por todos os beneficiários e instituições financeiras que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural. Além disso, os Ministérios e demais órgãos relacionados ao tema propõem, estabelecem, executam política na execução dos ruralistas.

No entanto, há ocasiões em que a realidade se revela em descompasso com o que determina o ordenamento jurídico em suas distintas esferas. Não por outro motivo, instituições, como o Senado Federal, têm o importante papel de propugnar a revisão de propósitos, a correção de rumos e a adequação das metas.

A avaliação de políticas públicas tem a relevante função de mensurar os impactos da gestão do Estado na sociedade, sejam os esperados pelos idealizadores da ação, sejam os imprevistos. Nesse sentido, as condições necessárias para o aprimoramento da Administração Pública são estabelecidas pela reprodução de práticas bem-sucedidas e pela revisão de medidas que tenham apresentado resultados inferiores ao esperado.

A Resolução do Senado nº 44, que hoje se cumpre aqui nesta audiência pública, inovou ao estabelecer a avaliação do impacto legislativo dessas políticas e dotou o Congresso Nacional de insumos importantes para a discussão de proposições tanto as que estabelecem novas políticas públicas, quanto às que visam ao aprimoramento dos programas existentes.

Em atenção aos ditames da Resolução, a Comissão criou um plano de trabalho para acompanhar as políticas de planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil. Nele ficou definido que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária levantaria, através de audiências públicas, requerimento de informação aos setores especializados do Poder Executivo e avaliação da legislação pertinente, para se ter uma consciência do atual estágio do Sistema Nacional de Crédito Rural.



Graças a esses instrumentos de avaliação legislativa, tem sido possível identificar e minimizar os efeitos não desejados das políticas públicas voltadas ao crédito rural, bem como tem sido possível ampliar os benefícios direcionados ao público-alvo dessas políticas e, de modo mais abrangente, a sociedade como um todo.

Os ganhos em produtividade proporcionados ao setor agropecuário tendem a um efeito multiplicador positivo, de modo a estimular a geração de emprego no campo, o fornecimento de matéria-prima para a indústria, o incremento da exportação e a melhoria dos resultados da balança comercial.

Entretanto, mesmo com o seu papel de relevância para o crescimento econômico, o crédito rural ainda não tem, entre os médios e pequenos agricultores, o efeito irradiador de benefício que se esperava. Esse é um problema particularmente da agricultura familiar, que enfrenta dificuldades, como a falta de informação, de assistência técnica e de capacitação dos tomadores de crédito.

A carência técnica repercute em desconhecimento sobre as condições ideais para a produção relativas à qualidade do solo, a localização da propriedade ou acesso ao mercado. Isso torna o empréstimo agrícola oneroso e gera inadimplência, que ainda é um fator presente, mas cada vez menor. Cito o exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento do Agricultura Familiar (Pronaf), cuja taxa de inadimplência é inferior a 2%. Esse percentual de agricultores que deixa de pagar o crédito é bem pequeno, mas revela a aparente concentração do problema em algumas regiões, sobretudo no Nordeste, conforme tem afirmado constantemente o eminente Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira. Esta é uma questão que temos identificado, e é muito pertinente o aprimoramento da política pública.

A mensagem que desejo, por fim, passar às senhoras e aos senhores aqui presentes é de que esta Comissão tem um compromisso de fiscalização dos critérios adotados no planejamento, execução e controle de políticas públicas relacionados ao crédito rural e de que o relatório final deste acompanhamento está previsto para ser entregue em dezembro, e os estudos já estão bastante adiantados.

Todos os membros desta Comissão esperam que, com essa ação, poder contribuir para que o Senado, em observância às suas atribuições constitucionais e regimentais, participe, de maneira mais assertiva das discussões e resoluções acerca dos distintos problemas que compõem a agenda brasileira contemporânea.

Sr. Presidente, é essa a manifestação que desejava fazer neste instante, aplaudindo a ação de V. Ex<sup>a</sup> em promover essas reuniões, que, naturalmente, com a inteligência das ilustres autoridades que prestarão seu depoimento neste instante, poderão oferecer ao Senado Federal, e através dele, às autoridades da República, meios mais eficientes para atender esse mais importante setor da economia nacional que é a agropecuária.

São essas as minhas manifestações, Sr. Presidente.



Muito grato pela atenção que me conferiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Dando, agora, continuidade à nossa audiência pública, vamos estabelecer um tempo de 20 minutos para cada debatedor.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – Dez minutos são suficientes. Dez minutos, acho que são suficientes.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Senador Moka?

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, na Comissão de Assuntos Sociais, nós damos 10 minutos, mas prorrogamos se o debatedor achar necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – O.k..

Então, concedo a palavra, como primeiro debatedor, ao Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo da Gerência de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ODUVAL LOBATO NETO** – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar esta Comissão em nome do Senador Ruben Figueiró, autor do presente requerimento aqui, e do Senador Benedito de Lira, que preside a presente Comissão. Então, em nome da diretoria do Banco da Amazônia, a gente faz os agradecimentos pelo convite, aqui, de vir mostrar um pouco do trabalho do Banco, e pedir desculpas pela ausência do presidente, que, neste momento, se encontra de férias. Então, como pessoa da confiança dele, como gestor de programas de governo, ele me designou representar o Banco aqui.

Então, vamos lá.

Pode passar.

O Banco da Amazônia completou, em julho, agora, 72 anos. Nós somos referência na Amazônia em termos de concessão de crédito. Hoje, o capital do Banco está reduzido a 51% do controle acionário pertencente ao Governo brasileiro. O patrimônio líquido do Banco alcançou – caiu um pouquinho – a ordem de 1,6 bilhões; os ativos totais se aproximam dos 12 bilhões. E a participação no crédito em fomento na nossa região, principalmente na Região Norte, é de 61%.

Bem, nossa rede de agências. Nós atuamos fortemente na Amazônia, compreendendo os nove Estados da Amazônia Legal. Fora da Amazônia, nós temos uma unidade em São Paulo, e outra aqui no Distrito Federal.

A rede de agências do Banco, na Amazônia, é de 12,1% de todas as redes, de todos os bancos que estão presentes na região. Nossa quadra de funcionários é da ordem de 3.300 empregados. Atualmente, nós temos 124 agências, nove superintendências; somente em Roraima e no Amapá, que são Estados menores, nós não temos superintendências, mas são totalmente cobertos.



Aqui, se vê que dos 450 Municípios da Região Norte, nós estamos presente com os nossos recursos financeiros em 100% deles.

Pode passar, por favor.

Aqui, um pouquinho para conhecer o Banco, como já falei: ali temos 61% do crédito de fomento é o que o Banco responde. Hoje, os ativos totais do Banco são 11,3 bilhões. O patrimônio líquido do Banco, como eu falei, caiu de 2.030 para 1,6 bilhões, isso em decorrência do processo de saneamento da caixa de previdência dos seus empregados.

Pode passar.

O orçamento geral, compreendendo todas as fontes para o exercício de 2014, é da ordem de R\$8,8 bilhões, o que é um grande desafio para o nosso Banco a alocação total desses recursos.

Pode passar.

Aqui, o Senador falava há pouco, nós cuidamos da parte de gestão de políticas, planos e programas de governo. Só para dar uma demonstração, todo o nosso planejamento é feito em perfeito alinhamento com todas as políticas.

No total, trabalhamos com 22 políticas integradas ao nosso planejamento, que vai desde o Plano Plurianual do Governo Federal, passando pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que passa por sua segunda fase agora, e pelas políticas dos Estados. Não atuamos ainda alinhados com as políticas dos Estados, o que é algo muito difícil de se fazer, já que agimos conhecendo os planos e realizando encontros anuais para o planejamento, em que colhemos todo o subsídio necessário para fazer esse alinhamento, colocando à disposição a execução dessas políticas, instrumentos econômicos e financeiros de que o Banco dispõe, ou seja, todas as suas fontes de recursos.

Pode passar.

Vamos ver agora a atuação do Banco de Desenvolvimento Regional. Aqui, só para dar uma demonstração, na consecução do crédito de fomento, no período de 2005 a junho de 2014. Geralmente, o Banco tem ficado na média, um pouco abaixo daquilo que é programado, do que é planejado, com exceção dos anos de 2005, 2007 e 2010, em que superamos as metas estabelecidas.

Pode passar, por favor.

Contratação por porte. Vocês verificam aqui, Senador, que o Banco da Amazônia, o olhar e a política do Banco da Amazônia, em termos de quantidade de beneficiários, tem sido mais para o pequenininho: agricultor familiar, mini e pequenos empreendedores. Vocês podem ver que a coluna verde sempre se sobressai em relação às demais. Então, a política do Banco é voltada mais fortemente para o pequeno produtor, principalmente de base familiar.

Pode passar.

Aqui, o instrumento de que o Banco é o gestor, que é o Fundo Constitucional de Financiamento. Vamos ver qual é seu comportamento, seu desempenho. Em valores contratados, desde 1989, por blocos. No período de 1989 a 2002, nós alocamos R\$4 bilhões, quase R\$5 bilhões. No período de 2003 a 2006, R\$4,27 bilhões. De 2007 a junho de 2014, fechado, aplicamos R\$20,43



bilhões, perfazendo um total, desde a existência do Fundo, em 1989, de quase R\$30 bilhões alocados na região.

Aqui, os valores contratados no Crédito Rural, especificamente, de 2005 a junho de 2014. Verifica-se que há uma variação. Os anos de destaque foram 2012 e 2013, em que aplicamos R\$1,7 bilhão, em 2012, e quase R\$1,8 bilhão, em 2013, somente no crédito rural. Até junho de 2014, nós temos R\$1,04 bilhão, informando que, geralmente, pelo calendário agrícola da nossa região, o maior desempenho se verifica no segundo semestre.

Aqui, são os valores contratados por porte. Como se pode ver, o grosso está concentrado na base pequenos, mini e pequenos, em que, somando 44 mais 29, ultrapassa 70% dos recursos.

Pode passar.

Aqui, a contratação por tipologia da PNDR, a que também temos que estar vinculados e atentos. Aqui temos um parceiro que sempre nos orienta, a CGU, que fiscaliza muito em relação ao cumprimento daquilo que o Banco faz com aquilo que é definido em suas políticas. Então, temos aqui 10,7% dos recursos alocados em Municípios de baixa renda estagnada; de média renda, 45,8%; 20,8% em dinâmica de média renda; e 22,8% em Municípios de alta renda.

Pode passar.

Em relação ao Pronaf, como se verifica, a coluna verde é o desempenho alcançado pelo Banco. São resultados que o Banco tem obtido em cada Plano Safra da agricultura familiar. Temos superado as metas em todos esses Planos Safra. No período de 2011/2012, era de R\$500 milhões, fizemos R\$552 milhões; em 2012/2013, fomos para R\$800 milhões, superando os R\$530 milhões previamente estabelecidos; e no Plano Safra 2013/2014, a meta era de R\$600 milhões, nós chegamos a R\$697 milhões.

Efeitos na economia regional. Somente considerando o primeiro semestre, R\$1,8 bilhão alocados no primeiro semestre, verificamos que, quando da estabilização desses projetos e da maturação deles, a contribuição gerada para o PIB será da ordem de R\$4,5 bilhões. Em termos de Valor Bruto da Produção, R\$7,7 bilhões; em termos de tributos, mais de R\$1 bilhão; em termos de acréscimo na massa salarial, mais de R\$1 bilhão; e, em termos de postos de trabalho, são 226.583 ocupações. Quando a gente fala em ocupações, a gente não está considerando somente o emprego, mas também a oportunidade de trabalho na agricultura familiar.

Vamos caminhar para a finalização.

Pode passar, por favor.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ODUVAL LOBATO NETO** – O Sistema Financeiro Nacional, no nosso entendimento, é o maior ofertante de recursos para a realização dos investimentos. Contribui na aquisição da matéria-prima, financia a aquisição da matéria-prima para toda a produção.

O aumento da produção a gente verifica tanto para o consumo interno como para as exportações.



A geração de emprego e renda é um fator primordial para o crescimento. Também se tem verificado o crescimento, a expansão dos empreendimentos, das plantas industriais e o aumento da arrecadação dos impostos.

Pode passar, por favor.

A Amazônia, como todos sabem, é a maior região do País, com suas potencialidades e dificuldades e com a imensidão de sua dimensão geográfica. É uma bacia hidrográfica muito grande. Ressalto a grandeza de suas florestas, a diversidade dos seus ecossistemas, a sua biodiversidade. E todas as dificuldades que a Amazônia tem em termos de infraestrutura, de logística e de tecnologia a gente entende que elas constituem potencialidades para a realização de investimentos, no sentido de superar todas as suas dificuldades para o seu progresso.

Pode passar.

Quanto aos desafios, um dos principais desafios que a gente entende é a regularização fundiária, especialmente nos Estados menores, como nos casos de Roraima e do Amapá. Quanto a esses dois Estados – a CGU está aqui de testemunha –, todos os anos, nós recebemos algum tipo de ressalva e recomendações. Temos feito o que é possível para incrementar as aplicações nesses Estados, mas a questão da regularização fundiária tanto no meio rural quanto no meio urbano emperra a forma e as parcerias para podermos ampliar o crédito nesses dois Estados, principalmente. Não estou dizendo que, nos outros Estados, também não haja problema fundiário, mas esses dois Estados são os que a gente aponta como os de maior dificuldade. Os outros apresentam fragilidade no sistema de serviços de assistência técnica e de extensão rural, que praticamente está em esgotamento.

Há outro termo que eu chamo de realinhamento da cultura empreendedora, que é sair do tradicional para o sustentável. Vejam que, anos atrás, não me lembro bem quando, quando foi criada a Lei da Reserva Legal, e que o Governo Federal criou uma linha de financiamento para a recomposição das Áreas de Reserva Legal. Aí me chamaram para eu dar minha opinião. Eu disse que não ia funcionar, porque não é o fato de você criar uma linha de financiamento com recursos subsidiados que vai resolver o problema da Reserva Legal. No meu entendimento, isso perpassa por várias coisas, perpassa pelo realinhamento da cultura empreendedora, pelo conhecimento, pela infraestrutura botânica e por todo um processo que está da porta do Banco para fora. Então, veja que para você fazer reflorestamento, você precisa de sementes e de mudas selecionadas, mas você não tem a oferta em qualidade e em quantidade. O empreendedor, principalmente o pecuarista que vai fazer isso, não conhece, não sabe, não entende isso. Ele não sabe como plantar, ele não sabe o que isso vai gerar para ele. Ele precisa ter o conhecimento exato. Ou seja, penso que as universidades e os centros de pesquisa têm a obrigação de fornecer protótipos de projetos que possam fazer o realinhamento da cultura empreendedora. Muitas vezes, os recursos estão disponíveis, mas você não consegue alocá-los nos primeiros anos.



Uma vez, fui chamado para vir a Brasília pelo MMA para prestar contas sobre esse programa. Na época, nós tínhamos seis operações financiadas. O Banco do Nordeste não tinha nenhuma até aquele momento, nem o Banco do Brasil no Centro-Oeste. E a gente entende toda essa dificuldade.

Então, não é o fato de criar uma linha de financiamento que significa que, imediatamente, ela vai funcionar. Não vai funcionar, porque ela requer uma série de requisitos básicos, que, às vezes, estão da porta do Banco para fora.

O licenciamento da atividade na propriedade rural também é outro gargalo que nós temos na região. Isso vem avançando, mas, hoje, nós financiamos com base no protocolo de que o empreendedor, o produtor entrou no órgão de licenciamento para pedir e já para providenciar. Então, a gente tem concedido crédito muito na base do protocolo.

Reducir as desigualdades intrarregionais. Essa é a essência da PNDR. O próprio CGU está aqui e não me deixa mentir, é muito difícil. A contribuição é muito pequena, principalmente nos espaços de economia deprimida, de economia estagnada, para você chegar, como a mesorregião do Alto Solimões, que é muito distante, sofre todo o tipo de deficiência, de dificuldades: de transporte, de acesso, de comunicação. Então, não é fácil você chegar. Para você tomar uma iniciativa, como tomamos junto ao Ministério, ao governo de Estado e às prefeituras locais, que chamamos de FNO Itinerante, que também existe no Centro-Oeste, é muito difícil. Muitas vezes você tem um custo para alugar ou fretar uma aeronave para poder chegar até determinadas localidades, como Santa Rosa do Purus, por exemplo. Você vai até Rio Branco; de Rio Branco, você freta uma aeronave, e o pessoal do Ministério, antes, que batia muito, a partir dessa iniciativa, passou a compreender as dificuldades da Amazônia: o que é ficar à deriva num rio, as distâncias a serem percorridas de lancha para poder chegar a determinados Municípios. Fazer uma ação dessas de levar o crédito dessa forma. Também há outras dificuldades na questão da mobilidade, de você estar levando crédito nessas localidades longínquas da Amazônia. Refiro-me à questão do risco, porque, você sabe, há os piratas, há todas as formas de violência que pode acontecer com os bancários que fazem esse tipo de operação.

Aplicar os recursos ofertados em sua totalidade tem sido um grande desafio. A gente percebe, a gente vai ver mais à frente que o desafio é muito grande. Os recursos crescem numa média de 16% ao ano, e torna-se muito difícil a gente alocar todos esses recursos na nossa região.

Pode passar, por favor.

Aqui nós verificamos que, quando a gente fala em crescimento, em 2014, agora, é 5.700 que nós temos de recursos para alocar. Em 2015, a previsão é de 6.300, e aí termina, em 2020, com R\$13,200 bilhões, apesar de todo o esforço de buscar parceria com outros agentes, cooperativas de crédito, para se fazer essa alocação de recursos.

Pode passar, por favor.



Perspectiva. Temos a nova PNDR, que permanece com os fundos de desenvolvimento, os fundos constitucionais e a criação de mais um fundo voltado para o financiamento da infraestrutura no País. São os projetos estruturantes que estão acontecendo na nossa região, principalmente os projetos relacionados com os grandes investimentos em portos e hidrelétricas. Investimentos do Norte Competitivo, voltados basicamente para a questão da infraestrutura e da logística, expansão do agronegócio e também o crescimento das exportações. A gente vê e enxerga assim. Uma visão bem curta em relação às perspectivas.

Com isso, a gente termina a nossa contribuição. Estamos à disposição da Comissão, nós, do Banco, como da área de Governo, para o que precisar de informações ou acréscimos.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Sr. Oduval Lobato pela sua apresentação.

Dando sequência, concedo a palavra, pelo mesmo tempo, ao Sr. José Rubens Dutra Mota, Gerente do Ambiente de Políticas do Desenvolvimento do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, representante do Banco do Nordeste.

V. S<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JOSE RUBENS DUTRA MOTA** – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, o Senador Ruben Figueiró.

Quero dizer da satisfação do Banco do Nordeste em atender a esse convite.

Trago aqui o abraço do Presidente Nelson, que, infelizmente, não pôde comparecer, mas estamos aqui para representá-lo.

Eu trouxe aqui algumas informações sobre a política de atendimento do Banco do Nordeste ao setor rural. Nós temos o objetivo de promover o desenvolvimento da agropecuária, atividade base rural, com observância da legislação, do zoneamento agrícola, pecuário, das diretrizes emanadas do Condel, porque o nosso maior *funding* é o FNE, que é regulamentado pelo Conselho Deliberativo da Sudene.

Ele disse que nós temos que aplicar 51% dos recursos do FNE em mini, micro e pequeno – no mínimo 51% –, e até 49%, no máximo, no médio e grande.

Nós também temos para este ano, do FNE, R\$13,1 bilhões. E a nossa área de atuação é a Região Nordeste, o norte de Minas e o norte do Espírito Santo.

A finalidade é financiar implantação, ampliação, modernização dos empreendimentos rurais, contemplando investimento, custeio, beneficiamento e comercialização necessários ao setor. Então, nós seguimos todas essas diretrizes de orientações.



Por favor, pode passar.

Nós temos como diretrizes o apoio preferencial aos mini e pequenos, como eu já falei; apoio às cadeias produtivas; tratamento diferenciado e favorecido aos projetos da PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional –, que está sendo votada, está sendo criada a PNDR II, como o Oduval falou; a modernização dos empreendimentos, que confere maior competitividade ao setor rural; promover e estimular a racionalização do uso de recursos naturais e a melhoria dos índices zootécnicos de produtividade e organização da gestão da unidade produtiva.

Por favor.

As prioridades: agricultura irrigada, apicultura, bovinocultura, floricultura, fruticultura, grãos e alimentos básicos para o consumo.

Esta lâmina mostra que o Banco do Nordeste conta com 7% das agências bancárias na região, na sua área de atuação, que são 278 agências das 3.971, e responde por 56,5% do crédito rural na região.

No Estado de Alagoas, do Senador Benedito de Lira, o Banco responde por 62,4% do crédito rural na região.

No Estado do Piauí, 84,2% são de responsabilidade do Banco do Nordeste atualmente.

Por favor.

Os recursos para agropecuária: em 2010, foram R\$4,125 bilhões, e foi crescendo. Em 2011, foram R\$4,687 bilhões. Em 2012, R\$5,263 bilhões. Em 2013, R\$5,432 bilhões. E até 30 de setembro deste ano – 2014 –, nós aplicamos R\$3,576 bilhões, aí incluindo FNE e outros *fundings*.

Por favor.

Nós trabalhamos aqui por segmentos. O Pronaf é da agricultura familiar, como já foi aqui referido. Nós trabalhamos, em 2010, R\$1,1 bilhão no Pronaf; em 2011, R\$1,349 bilhão; em 2012, R\$2,032 bilhões; em 2013, R\$2,394 bilhões, e até setembro também, R\$1,418 bilhão no Pronaf.

Ele é distribuído em Agroamigo e demais grupos. Porque o Agroamigo segue uma metodologia, Senador Ruben, exatamente como assessor de crédito. Esse modelo foi copiado do Crediamigo, que era um crédito urbano, e hoje nós diminuímos radicalmente a inadimplência do Pronaf com esse assessor de crédito, que presta informação, acompanhamento, uma espécie de assistência técnica e um acompanhamento muito próximo. Aquele antigo Pronaf B, que era o de menor valor, do agricultor de menor renda, hoje é feito através do Agroamigo, que tem essa metodologia do microcrédito produtivo e orientado. Então, a inadimplência tem realmente diminuído nesse setor.

Por favor.

Aí nós temos o financiamento por setor de atividade: agricultura, pecuária e agroindústria. Então, a maior parte vem sendo da agricultura: em 2010, foram R\$2,268 bilhões, e assim foi. A agroindústria mantém um percentual menor. E a pecuária, no ano de 2012, conseguiu-se aplicar mais na pecuária do que na agricultura. Em 2013 também. Em 2014, a pecuária já foi menor.



Por favor.

Por região. Do total das aplicações que já vêm sendo faladas foi dividido entre Semiárido e outras regiões.

Vejam que, embora tenham sido crescentes as aplicações no Semiárido, elas ainda são aplicações menores do que nas outras regiões. É um desafio nosso exatamente aumentar essas aplicações no Semiárido.

Para isso, o Banco tem constituído instrumentos diferenciados; o Banco tem a função do agente de desenvolvimento. Como nós temos quase dois mil Municípios na nossa área de atuação e apenas 278 agências é porque no último ano, no último ano e meio o Banco inaugurou mais de 100 agências. Então, para estar presente em toda região o Banco tem o agente de desenvolvimento, que é o profissional que sai levando informações do Banco, principalmente naqueles Municípios menores, onde há demanda por crédito, mas às vezes há desinformação e dúvidas de que existe um crédito apropriado e disponível para aquele público. Então, a gente tem tentado exatamente... Nos últimos anos o Banco da Amazônia tem o desafio de aplicar a totalidade dos recursos, e nós conseguimos, sim, aplicar todos os recursos disponíveis. Nos últimos quatro anos, nós temos atingido todos os Municípios com pelo menos uma contratação de crédito em todos esses Municípios. Claro, o crédito rural é o carro-chefe de nossas aplicações. A gente vem com esse desafio, procurando fazer isso.

Criamos, juntamente com o Ministério da Integração, o FNE Itinerante, que é mais voltado para a micro e pequena empresa, mas também fazemos divulgação com os sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos patronais e levamos a informação àqueles pequenos Municípios da existência do FNE, da existência de crédito disponível e com programas apropriados para esses pequenos produtores.

Por favor.

Bom, eu já falei do agente de desenvolvimento e dos assessores de crédito.

A agência itinerante também é um instrumento diferenciado que o Banco do Nordeste usa para levar... Como temos uma pequena capilaridade de agências, nós fazemos agências itinerantes nesses Municípios do Nordeste, levando a divulgação, a contratação, renegociação de dívida, tudo isso com nossos gerentes e funcionários que vão àqueles Municípios mais distantes.

Editais do Fundeci são editais que o Banco do Nordeste faz de recursos não reembolsáveis. Neste ano, fizemos um edital de 4 milhões – se não me engano – para convivência com o Semiárido.

Então, nós temos editais diversos. Por exemplo, no passado nós apoiamos a Embrapa, o que resultou na criação do algodão colorido, resultou na criação de variedades de cana-de-açúcar resistentes à seca e de outros que também têm a ver com a questão do crédito rural. Então, são editais não reembolsáveis que apoiam o Sistema Embrapa, todas as instituições de pesquisa e desenvolvimento da região, como as universidades federais e estaduais. Isso aí vem ocorrendo ao longo dos anos.



Era isso que eu queria trazer a vocês.

Fico à disposição para questionamentos que houver.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) –

Muito obrigado, Sr. José Rubens Dutra Mota por sua apresentação.

Dando sequência, eu concedo a palavra ao Sr. Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O senhor tem a palavra, por favor.

**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, todos os Senadores aqui presentes e os colegas da Mesa.

Agradeço o convite que foi feito ao BNDES para estar presente a esta audiência pública. Trago uma saudação do Presidente Luciano Coutinho, que, infelizmente, não pôde estar presente, por conta da reunião da Diretoria que se realiza hoje.

Nós trouxemos uma apresentação. Eu pediria, por favor, que colocassem na tela. (Pausa.)

Podemos passar ao seguinte, por favor.

Nós organizamos a apresentação em dois grandes blocos. O primeiro bloco procurando dar uma visão geral do setor, da importância do setor, como o BNDES enxerga esse setor tão importante na economia brasileira, e um segundo bloco falando da atuação do BNDES no setor.

Aqui temos alguns números que os senhores já conhecem. Apenas para relembrar a importância do setor agropecuário, mostro que ele é responsável por aproximadamente 22% do PIB brasileiro, mobilizando uma série de cadeias relevantes da economia. É um sustentáculo importante da balança comercial brasileira. Em 2013, considerando o setor agropecuário somente, o superávit foi de US\$83 bilhões, o que mostra a relevância do setor e como ele precisa ser olhado de maneira muito especial.

O seguinte, por favor.

Aqui, procuramos representar as externalidades que o setor gera em diversas outras cadeias. Então, isso se dá na infraestrutura, na questão da logística, que é super-relevante para esse setor, no escoamento de safra, no provimento de insumos, na armazenagem, que é uma estrutura muito importante para o controle de preços, de gestão de estoques, toda a questão relacionada à indústria, seja de bens de capital, de tecnologia que serve o setor, a indústria de alimentos, em que o Brasil tem uma competência reconhecida internacionalmente, em toda a parte de agroquímica, de fertilizantes, de defensivos agrícolas e biotecnologia.

Na visão de gestão de políticas, a importância em termos obviamente da segurança alimentar, algo que todos os países tratam com especial atenção, a questão do controle da inflação, seu impacto sobre cesta básica, sobre os indicadores de inflação, na geração de emprego. O setor tem uma capacidade



enorme de geração de postos de trabalho. Obviamente, ligado a isso, há toda a questão ligada ao desenvolvimento regional, que é um valor que o BNDES vê como especial no tratamento da sua política operacional.

O seguinte, por favor.

Aqui, a distribuição nas diversas cadeias relacionadas ao setor. O setor é dinâmico em si mesmo, mas tem a capacidade também de mobilizar diversas outras cadeias importantes como insumos, toda a parte de defensivos, de agroquímicos, de fertilizantes, a própria indústria e a parte de distribuição. O Banco atua em todas as cadeias. Vamos dar um destaque especial à indústria e à agropecuária propriamente dita, mas o Banco perpassa todas as cadeias que estão relacionadas ao setor.

O seguinte, por favor.

Bom, aqui está a série histórica de participação no PIB brasileiro do setor agropecuário. Ele mantém uma relevância muito grande, nos últimos dez anos, de participação na economia brasileira. Isso se deu obviamente por um aumento de produtividade bastante significativo. Há o papel da Embrapa aqui, muito relevante. A produtividade está lincada, está relacionada a pesquisas de desenvolvimento, bastante Ciência. É algo em que o Brasil conseguiu atingir patamares invejáveis em termos do tratamento das tecnologias e das técnicas relacionadas a esse setor.

A agricultura familiar é, de fato, algo muito especial. Ela tem uma contribuição bastante importante para o fornecimento de alimentos no mercado doméstico, especialmente em algumas culturas. Ali, há algumas delas representadas: mandioca, feijão, milho. Ela tem uma representatividade realmente espetacular, uma proporção muito elevada de fornecimento para o mercado doméstico.

Na pecuária, especialmente em aves e suínos, temos o desafio de trabalhar agricultura familiar integrada à indústria de alimentos, que é um modelo que gera resultados, gera valor, mas exige uma atenção especial para que a agricultura familiar tenha suas necessidades atendidas. Então, a agricultura familiar é, de fato, um setor bastante especial e muito importante, e para o qual o Banco tem políticas também especiais voltadas para esse segmento.

O próximo, por favor.

Há alguns desafios que identificamos no setor. Certamente, a questão da infraestrutura, logística, todo o escoamento de safra, provimento de insumos para a agricultura. Na questão da armazenagem, o Brasil ainda tem um déficit, que está sendo trabalhado por políticas públicas muito importantes, que procuram reduzir esse déficit.

Há a questão da sustentabilidade. Obviamente, a agricultura, trabalhando com recursos naturais, tem toda uma preocupação com a sustentabilidade, com o uso racional dos recursos ambientais. A recuperação de áreas degradadas é uma grande oportunidade para o País. O Brasil tem um estoque enorme de áreas degradadas, que podem se converter em áreas produtivas com a aplicação de tecnologias já dominadas, como o aproveitamento



já dominadas, o aproveitamento de resíduos e a redução de desperdício em toda a cadeia, que é muito grande hoje.

Ampliar a difusão de boas práticas e capacitar setores são outros desafios, evitando barreiras técnicas e sanitárias e elevando a qualidade da produção, permitindo que o produto brasileiro consiga acessar cada vez mais mercados internacionalmente.

E há a agenda de produtividade que é uma agenda permanente, com a questão da densidade tecnológica e de investir em tecnificação da agricultura, viabilizando absorção dessa tecnologia. Aqui, há uma questão também importante em termos de educação de trabalhar o agricultor familiar para estar apto para receber essa tecnologia.

O seguinte, por favor.

A questão da inovação é um outro desafio grande. Para fora da porteira, há toda questão do Sistema Nacional de Inovação, como as entidades voltadas para isso, como a Embrapa e as universidades, e há a indústria de insumos, como bens de capital, defensivos e fertilizantes. E, para dentro da porteira, há o desafio de investimentos ampliando essa capacidade de absorção do conteúdo tecnológico desenvolvido pelo mercado. Eu diria que o grande desafio é levar todas as inovações tecnológicas que já estão desenvolvidas. Existe um grande cabedal de tecnologias já disponíveis, e precisamos fazer com que isso chegue de maneira mais acelerada ao campo.

O próximo, por favor.

Entrando já no BNDES, aqui é a estrutura organizacional do Banco: o Presidente Luciano Coutinho, o nosso Vice-Presidente Wagner Bittencourt. O Banco se organiza por diretorias, que têm a atribuição de tocar áreas que estão relacionadas com os grandes setores da economia e também áreas corporativas voltadas para processos internos. A nossa é a Diretoria 5, que hoje é ocupada pelo Diretor Guilherme Lacerda, e a nossa área é a área agropecuária de inclusão social, que tem toda a responsabilidade pela agricultura de todos os portes dentro das políticas e dos produtos do Banco.

Vamos ao seguinte, por favor.

Aqui, procuramos representar a interação do BNDES com as políticas públicas. O BNDES, obviamente, é um executor de políticas públicas emanadas pelas instituições brasileiras, mas também procura interagir como um auxiliar na formatação dessa política, dando a sua visão de Banco de desenvolvimento. Então, há uma interação permanente com os ministérios setoriais para a formatação dessa política. Ele, como executor, apoia diretamente o setor, apoiando os beneficiários desse setor. E também, de forma indireta, via uma rede bancária vasta, conseguimos atingir praticamente todo o território brasileiro com apoio, com suporte dos bancos operadores de maneira indireta.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Vamos ao seguinte, por favor.



Aqui é uma visão da agroindústria, o processo de transformação, de beneficiamento do produto. São volumes crescentes de aplicação. No ano passado, aplicamos 27 bilhões para esse setor.

O seguinte, por favor.

O BNDES, no crédito rural, está mais voltado para o financiamento do capital fixo, o investimento. Ele mantém uma participação relevante, algo entre 35% e 45% nesse tipo de investimento, ou seja, ele é um provedor de crédito de investimento de longo prazo para o setor agropecuário.

Vamos ao seguinte, por favor.

Aqui, é uma visão já do crédito controlado dentro do manual de crédito rural, com volumes crescentes. Aplicamos, no ano passado, algo próximo de R\$20 bilhões. Para este Plano Safra 2014/2015, projetamos aproximadamente R\$27 bilhões de aplicação, pegando diretamente a produção rural primária.

Vamos ao seguinte, por favor.

Aqui, é uma visão dos programas.

Podemos passar ao seguinte, por favor.

Eu não vou falar de todos pela questão do tempo, mas nós demos destaque a alguns programas. Nós operamos programas tanto do Ministério da Agricultura quanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vamos ao seguinte.

Nós daremos destaque ao Programa ABC, que é um programa de agricultura de baixo carbono que busca introduzir técnicas de manejo sustentável à área de produção. Então, aqui, realmente, é uma área de fronteira, e o Brasil está liderando esse processo voltado para a agricultura de baixo carbono. Então, é um programa que tem especial prioridade dentro do BNDES.

O seguinte, por favor.

O Inovagro financia justamente a questão de absorção de tecnologia pelo produtor rural. Com condições bastante incentivadas, esse programa busca financiar essa absorção de tecnologia.

Vamos ao seguinte, por favor.

O Programa para Construção e Ampliação de Armazenagem é algo que ganhou prioridade, alta prioridade, recentemente. A gente vem financiando silos e equipamentos de armazenagem voltados para a produção rural. Aqui, há uma questão estratégica relevante que permite ao agricultor, ao produtor, gerir preços, gerir estoques, de maneira a ter margens mais interessantes para a sua produção.

Vamos ao eslaide seguinte, por favor.

Esse é o tradicional do Banco: o financiamento de máquinas agrícolas, de implementos, de tratores, de colheitadeiras. Existe também a preocupação aqui de financiar equipamentos via Finame, equipamentos de conteúdo local, de conteúdo nacional, fortalecendo a indústria brasileira.

Vamos ao eslaide seguinte, por favor.



No Pronaf, operamos praticamente todas as linhas do Pronaf para o agricultor familiar tanto na parte de produção como na parte de transformação de beneficiamento do produto.

Por fim, há um valor que a gente enxerga como sendo bastante relevante, que são as cooperativas. Tanto as cooperativas de produção quanto as cooperativas de crédito são dinamizadoras, são vetores de desenvolvimento regional importantíssimos. O BNDES tem nas suas políticas regionais produtos com condições bastante especiais para esse setor, porque entende nele um valor muito grande.

Então, é isso.

Mais uma vez, agradeço o convite da Comissão. Estou à disposição. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço ao Sr. Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Concedo a palavra ao último debatedor, o Sr. Amoque Benigno de Araújo, Secretário de Controle Externo da Fazenda do Tribunal de Contas da União.

O senhor tem a palavra.

**O SR. AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO** – Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira; Srs. Senadores presentes nesta Mesa; autoridades aqui presentes; senhoras e senhores, cumprimento todos em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, que não pôde estar presente aqui devido a um compromisso anteriormente agendado.

É uma satisfação estar aqui, é uma honra poder contribuir com essa discussão.

Por favor, pode avançar os eslaides.

Como é do conhecimento de todos, o TCU, na sua função de analisar contas dos órgãos e entidades da Administração Pública, tem como uma de suas competências proceder à fiscalização contábil, financeira e orçamentária por meio de auditorias operacionais. São auditorias, são metodologias. É uma metodologia do TCU para verificar o funcionamento, a operacionalização das políticas públicas e da gestão dos órgãos e entidades.

O TCU – pode avançar, por favor – vislumbrou a questão do agronegócio no Brasil, que, hoje, como foi falado, produz aproximadamente um quarto do PIB brasileiro.

Pode avançar o eslaide, por favor.

Nós também identificamos que os saldos das carteiras de crédito rural, até junho de 2014, estão em torno de R\$250 bilhões, incluindo o mercado privado e os bancos públicos.

Em função disso, a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente realizou um trabalho no ano passado. Na verdade, houve três auditorias operacionais nessa área. Por quê? Porque verificamos que a atividade



agropecuária traz uma série de riscos ligados, é claro, a eventos climáticos adversos e a pragas em lavouras e em rebanhos. O Governo Federal, por conta do apoio e das subvenções nessa área, tem tido de renegociar dívidas com agricultores e também de socorrer agricultores que enfrentam eventos climáticos adversos. Isso tem trazido custos elevados para a União.

Pode passar.

Então, vislumbrando esse cenário, a nossa Secretaria verificou o seguinte para mitigar esses riscos: em que o Governo Federal e os programas têm trabalhado, têm priorizado?

No modelo brasileiro, nós identificamos os três principais programas, digamos assim, além de muitos outros: o Seguro Rural, um seguro que funciona no âmbito do mercado privado também; o Proagro, que é um seguro em que a União arca com os custos, pois ela cobre esses eventos adversos que dão prejuízo aos agricultores; e o Garantia Safra, que é praticamente um programa que garante uma renda mínima para esses agricultores que sofrem com esses eventos adversos. É uma espécie de Bolsa Família para o pequeno agricultor. O Zarc, que está lá, destacado, é um instrumento do Ministério da Agricultura. Inclusive, o nome específico é Zoneamento Agrícola de Risco Climático. É uma ferramenta que se utiliza de métodos estatísticos para verificar eventos hídricos em várias regiões do Brasil. Verifica o tipo de solo e as lavouras ideias para serem desenvolvidas nesses ambientes. Então, o Zarc não é um programa, mas ele funciona juntamente com o Proagro, e o atendimento dos critérios do Zarc é condição para a contratação do Seguro Rural e do Proagro. Em outros países, o Seguro Rural tem sido o instrumento mais utilizado. Os Estados Unidos, a China e a Turquia também estão investindo pesado nessa ferramenta de socorro aos agricultores.

Muito bem. Agora, Seguro Rural. Nós vamos falar sobre o Seguro Rural, o Zarc e o Proagro. Têm como objetivos a universalização do Seguro Rural, em que os órgãos, as instituições privadas, instituições financeiras participam também, dando cobertura. A intenção é universalizar; tornar o acesso ao Seguro Rural mais fácil e ampliar isso na medida do possível para atender a esse universo de agricultores.

Estabilidade de renda, para que o agricultor não tenha perdas severas com os eventos climáticos adversos e indução de novas tecnologias; tecnologias que possam melhorar a produtividade no campo.

Pode avançar.

O Seguro Rural, então, transfere os riscos para o mercado privado mediante subvenção. O Governo entra com uma parte desse custo do seguro. Reduz os custos do crédito agrícola, então, para o agricultor. É o Governo participando com essa subvenção. Aí protege o preço contra os eventos climáticos e contra pragas.

Pode passar.

Agora, o Seguro Rural no Brasil, o mercado do Seguro Rural ainda é incipiente e precisa, de fato, que sua operacionalização estimule a competitividade



e a entrada de novas empresas no setor. Ainda incipiente, precisa que outras instituições entrem nesse ramo de atividade.

Pode avançar.

E o TCU, realizando o seu trabalho, esses trabalhos de auditoria operacional, encontrou algumas oportunidades de melhoria. Esses programas são administrados principalmente pelo Ministério da Agricultura, Ministério de Desenvolvimento Agrário e Banco Central. E, nos achados, nós verificamos que a publicação intempestiva das regras, em relação ao período de plantio, acontece, algumas vezes, faltando poucos dias ou semanas para o início de uma nova colheita, trabalhos em uma nova safra.

A desarticulação entre os programas de subvenção federal e dos demais entes da Federação. Em alguns momentos, eles não conversam. Então, trabalham isoladamente.

Subutilização das estruturas regionais do Ministério. O Ministério da Agricultura tem superintendências regionais nos Estados, mas elas não participam da gestão desse programa nos Estados. É centralizado em Brasília.

Há um contingenciamento e atraso dos repasses de subvenção aos operadores. Isso nós vamos mostrar mais à frente, com eslaides.

Sistemática de distribuição da subvenção, que limita a competitividade do mercado – cotas para seguradoras. Inclusive vou fazer um comentário, de que isso já está mudando.

Deficiências nos controles internos – necessariamente ligados à gestão desse programa – e deficiência no monitoramento de impactos da política – ainda não há indicadores e formas de aferir sua efetividade.

Nesse gráfico, o planejamento a cargo do Ministério, assim como a gestão do problema, tem permitido que as entidades e as instituições envolvidas com o seguro rural... Dentro do planejamento, existe um montante previsto.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO** – Desse montante, é empenhado menos do previsto, e pagam um valor menor ainda. No gráfico no canto inferior à esquerda, percebe-se que a linha azul, lá em cima, é o que havia sido previsto para esse programa, e a linha verde, lá embaixo, demonstra o que, na verdade, foi pago. As entidades, as instituições financeiras que participam pagam o seguro para o agricultor, e a União não repassa esse valor integralmente.

Pode avançar.

Por conta disso, esse programa ainda precisa avançar, em termos de gestão, para que tenha mais crédito junto ao mercado, junto aos agricultores e às instituições financeiras que participam. Por isso vemos ali uma concentração de números de apólices nas Regiões Sudeste e Sul, até por conta de pesquisa, mas as Regiões Norte e Nordeste não têm sido tão bem assistidas em relação a esse programa.

Pode avançar.

Pode avançar, também.



O Proagro é um seguro que o Governo Federal, por meio de um programa, criou, mas o Governo Federal é que arca com todas as despesas referentes a eventos adversos com os agricultores. Nos últimos dez anos, foram gastos R\$2,290 bilhões de indenizações, de valores expendidos pelo Governo Federal, por conta desse programa.

Pode avançar.

Nesse eslaide, eu destaco a questão da melhoria na articulação dos atores envolvidos: Banco Central, Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e unidades regionais. É preciso haver uma articulação melhor. Nesse programa, outra auditoria operacional que verificou essa área. Os principais achados: a União não tem traduzido adequadamente os riscos financeiros do Proagro. Então, é feita uma previsão de gastos com o Proagro, que arca com todas as despesas em relação a eventos adversos com os agricultores. Na Lei Orçamentária, esse valor não é totalmente atendido, e no próprio atendimento financeiro do programa o valor do repasse também não tem sido honrado como o programa exige.

A União tem feito cortes nos valores solicitados para o Proagro, na Lei Orçamentária. Os ministérios encarregados da operacionalização agem de maneira desarticulada e o Zarc tem sido subutilizado na redução das desigualdades regionais. Norte e Nordeste não têm sido atendidos como outras regiões do País. Então, nós entendemos que são necessários ajustes na sistemática de confecção do Zarc, que dita que cultura e em que época do ano deve ser introduzida pelo agricultor na sua produção. Isso para quê? Para melhorar, proporcionar gestão de risco em todos os biomas. Nós identificamos que esse programa precisa ser melhorado.

Pode avançar.

A boa notícia é que essas auditorias operacionais foram feitas no ano passado; este ano, no programa de monitoramento que o Tribunal faz dos seus trabalhos.

Com os envolvidos nesses programas, nós verificamos que eles já têm um plano de ação e estão trabalhando mais articuladamente e implementando meios de gerir essas políticas de uma forma mais articulada, mais eficiente e efetiva.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço ao Dr. Marcelo Porteiro Cardoso, superintendente... Aliás, ao Sr. Amoque Benigno, Secretário de Controle Externo da Fazenda do Tribunal de Contas da União. Desculpe-me.

Agora vamos abrir para que os Senadores possam formular os seus questionamentos aos nossos convidados.

Inscritos pela ordem...

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Pela ordem, Senador Fleury.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Não sei se sou o primeiro inscrito.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – É o nosso Senador Ruben Figueiró o autor do requerimento. Em seguida, está inscrita a Senadora Ana Amélia. O terceiro é o Senador Fleury e, por último, o Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador Ruben Figueiró.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores Fleury e Suplicy, senhores convidados, eu quero confessar que fiquei extremamente satisfeito com a exposição de V. Sªs. São poucos os questionamentos que desejo fazer; são mais observações do que questionamentos.

Os dois primeiros depoentes, o Sr. Oduval Lobato Neto, representante do Basa, e o senhor representante do Banco do Nordeste, o meu xará – só que V. Sª é plural: Rubens; eu sou Ruben apenas, até pelo meu tamanho, sou menor.

Mas, com relação à exposição preciso que os senhores fizeram, eu destaquei apenas um assunto que me parece que é o fulcro de toda a exposição feita por V. Sªs, é assistência técnica, extensão rural e também a ausência dos Zarc lá, tão bem salientada aqui pelo representante do Tribunal de Contas da União. Todo o esforço que o Basa e o Banco do Nordeste têm feito quer me parecer que esbarra justamente nessa falta de assistência técnica por parte de outros órgãos do Governo Federal. Estou convencido de que, se ela existisse de forma permanente e consistente, talvez o desenvolvimento da ação desses dois bancos seria mais efetivo em favor da economia regional tanto do Norte quanto do Nordeste.

O senhor representante do BNDES salientou alguns fatos aqui que também me chamaram a atenção. Eu sou de um Estado nitidamente agropecuário, o Mato Grosso do Sul. Toda a sua economia se fundamenta na riqueza do campo. Mas com o curso dos anos e a exploração intensiva, sobretudo na pecuária, e agora mais recentemente com a agricultura de grãos, nós estamos transformando muitas áreas degradadas. Para V. Sªs terem uma ideia, hoje, aproximadamente, nós temos lá absolutamente degradados mais de um milhão de hectares, que precisam da presença do Poder Público Federal, principalmente através das suas oficinas de crédito.

O senhor, Dr. Marcelo, ressaltou esse assunto no seu depoimento. Isso é muito louvável.

Agora, seria muito importante que o BNDES, com ânimo, disposição e recurso que tem, fizesse uma campanha de esclarecimento no meu Estado no sentido de mostrar que o BNDES não é somente um financiador de aquisição de máquinas agrícolas, o que faz muito bem – inclusive, no passado fui beneficiado



pelo financiamento do BNDES a juros módicos e tempo longo, o que continua até hoje através da extensão a muitos outros agricultores e pecuaristas – mas, especificamente nas áreas degradadas, acredito que não haja ainda a presença do BNDES.

Temos lá no Estado o Zarc regional. O atual Governo estadual fez um zoneamento da realidade das condições das nossas terras e se sabe perfeitamente onde se pode produzir, onde se pode semear, onde se pode cultivar não somente grãos, mas também plantas para atender a pastagens, para atender à atividade pecuária.

Então, é muito fácil se executar um programa dessa ordem. Conclamo V. S<sup>a</sup> que leve à diretoria do BNDES para que se faça uma ação nesse sentido, que será benéfica não só para o meu Estado, como para o Brasil.

V. S<sup>a</sup> também fez menção ao Programa de Baixo Carbono. Talvez o único Estado brasileiro que tenha uma atuação nesse sentido seja Mato Grosso do Sul, através da cooperação do Governo Federal, da Embrapa Pantanal e das entidades de classe, sobretudo a Federação de Agricultores de Mato Grosso do Sul, a Farmasul. O programa está bem adiantado. É um programa que – creio – pioneiro e que trará, sem dúvida alguma, um resultado muito valioso para que nós possamos preservar o meio ambiente em nosso País.

Então, é um assunto que realmente deve ser realçado em homenagem à ação do BNDES.

Finalmente, eu gostaria de solicitar uma informação de V. S<sup>a</sup>, Dr. Marcelo. Nós temos a construção de uma fábrica de fertilizantes em Três Lagoas. Essa é uma obra de iniciativa da Petrobras. As notícias são de que as obras estão paralisadas ou em fase de paralisação por falta de apoio financeiro pelos órgãos oficiais de crédito. Eu confesso que não tenho aqui dados precisos, mas quero crer que o BNDES faz parte desse grupo de financiamento da obra dessa fábrica, que é muito importante, porque dela derivará uma recuperação das áreas agrícolas a que eu fiz referência aos senhores.

Sr. Presidente, ao concluir, eu gostaria de dizer que as observações feitas pelo Tribunal de Contas, através do Dr. Amoque, foram muito precisas com relação ao seguro rural. É uma advertência que nós temos que levar em consideração, porque realmente esse é um setor em que há omissão do Governo Federal nesse sentido. Nós não temos absolutamente condições de atender, sobretudo ao pequeno produtor rural. Aliás, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Benedito de Lira, tem focado com muito interesse, precisão e insistência essa questão do seguro rural, sobretudo para a região que V. Ex<sup>a</sup> tão bem representa, que é a região Nordeste.

No mais, agradeço a atenção, cumprimento-os pela exposição que fizeram, que vai engrandecer o trabalho que teremos de realizar nesta Comissão.

Cumprimentos a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Figueiró.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.



**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, caros colegas Senadores, queria cumprimentar pela exposição dos convidados o Tribunal de Contas, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o BNDES.

Eu vou começar pelo Dr. Amoque.

O senhor apresentou dois temas relevantes, temas que me chamam a atenção porque são recorrentes.

Primeiro que zoneamento agrícola. No ano, o plantio se repete, é sempre no mesmo período. Então, demorar, não ter uma cartilha para explicar, para definir o mapa do zoneamento agrícola não se justifica, porque todos os anos... Isso deveria ser feito no início do ano, para 2013, 2014, 2015, períodos mais longos, para ter maior durabilidade. Então, acho que isso pode ser até um desperdício, porque, se a cartilha chega atrasada, o plantio atrasa ou nem há condições de plantar, porque o contrato é feito mediante a obediência àquele critério de zoneamento. Portanto, já prejudica o agricultor. Em algumas regiões fica mais difícil porque não se tem acesso à informação. Então, penso que essa é uma questão em relação à qual o Poder Executivo, em suas regiões, tinha que tomar uma atitude.

Há outro dado relevante, também recorrente, que diz respeito à diferença entre o montante de crédito rural que é anunciado – estão ali as colunas –, o montante contratado e o montante realmente liberado. Essa é outra questão. Eu queria lhe perguntar por que acontece isso. Por falta de informação do tomador do crédito? Por falta de eficiência da instituição financeira? Pelo excesso de burocracia, isto é, pelo excesso de exigências, garantias e de uma série de outros mecanismos? Não se falou aqui também nas garantias exigidas na tomada desse crédito, porque na área da agricultura familiar, por exemplo, não serão exigidas garantias que vão além da capacidade do agricultor, o médio agricultor. Então, eu queria lhe perguntar sobre estas duas questões: gostaria de saber por que essa defasagem entre o que se anuncia e o que se aplica realmente e gostaria de saber sobre essa questão do zoneamento, para saber se não é possível fazer alguma coisa.

Mas eu, como jornalista, Dr. Amoque – nós temos um olhar muito aguçado –, gostaria de saber o seguinte. Casas cujas cumeeiras são pontudas são de zona de muita neve – se não fosse assim, essas cumeeiras não seriam necessárias. No Nordeste não é preciso fazer casas como as que apareceram nos eslaides que o senhor apresentou ali. Então, eu queria saber que lugar é esse, porque não me pareceu ser Santa Catarina ou o meu Estado, o Rio Grande do Sul, ou o Paraná. É um eslaide que está ali que despertou a minha curiosidade, gostaria de vê-lo – não hoje, porque o senhor não terá condições de saber que lugar é aquele.

Dirijo-me agora ao Dr. Marcelo, que falou da questão das cooperativas.



Eu queria saber qual é o montante aplicado para as cooperativas de produção agrícola levando em consideração a repartição regional no País, nos Estados, gostaria de saber quais setores tomaram mais esse crédito.

Queria também ouvir uma observação do senhor, Dr. Marcelo, porque o senhor falou de uma coisa também crônica no Brasil. Eu, desde que exercia o jornalismo, na cobertura da área econômica, falava do déficit de armazenagem. Este é um problema grave: a cada safra de soja, a armazenagem é em cima do caminhão, nós não temos silos. Então, gostaria de saber em quanto cresceu nos últimos anos o financiamento para a armazenagem no País e qual é o déficit para a armazenagem estimado pelo BNDES, que é um banco que deve ter esse informação.

Essas são as questões que eu gostaria de ver respondidas pelo senhor.

O Dr. Oduval falou da questão da regularização fundiária. Esse é um problema não só da Região Amazônica, mas também do Nordeste – lá, mais em função das distâncias, dos tamanhos das áreas. E aí, nessa questão, gostaria de saber o que o Banco, como instituição financeira pública, está fazendo para enfrentar a situação, uma vez que, nisso, ele depende do Incra, ele depende de uma articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, depende de outros órgãos que também têm excessiva burocracia.

Dirijo-me agora ao Dr. José Mota.

Aqui se fala muito em Proagro. O Proagro, na verdade, é um seguro de crédito, não é um seguro de renda para o agricultor. Agora mesmo, lá no Rio Grande do Sul, tomaram crédito, não conseguiram nem plantar, estão devendo ao banco. Como é que eles ficaram?

Porque eles vão ter de pagar a conta de uma lavoura destruída por um temporal horrível que aconteceu na região de Júlio de Castilhos, no centro do Estado? Então, como é que se pode destravar essa questão? Dependeria de um novo sistema de crédito rural que não seja só um seguro de crédito, mas um seguro de renda para os agricultores, porque ali se compatibilizaria a segurança para a instituição financeira que empresta com a segurança para o agricultor que, em caso de um acidente climático ou de qualquer natureza, possa ter assegurada a sua renda na atividade rural?

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu gostaria de transmitir aqui uma informação, para que possa haver economia de tempo. Há dois outros Senadores inscritos. E eu gostaria de chamar atenção dos debatedores para que anotassem as formulações para cada um. E, ao responderem, estará encerrado também o debate.

Com a palavra, o Senador Fleury. Depois, o Senador Suplicy.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Eu quero começar, Presidente, pelo Procurador representante do TCU, Amoque Araújo. Dentro do que se falou, pouca coisa é a realidade. Primeiro, nós não temos seguro. O seguro neste País, exclusivamente, serve para os gerentes de



banco cobrirem cota. Produtor não tem seguro. O Pronaf... O seguro que nós temos no banco... Que a Senadora falou...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Proagro.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – O Proagro não cobre nem o custo do banco. Existe uma diferença. Quando o produtor vai tirar o dinheiro, a primeira coisa que o gerente do banco exige é o seguro e mais alguns papéis que eles vendem, tanto no Banco do Brasil, como na Caixa Econômica Federal e nos bancos particulares. O produtor sai de lá com um pacote de investimentos no banco para poder ter acesso ao crédito. E mais: ele é obrigado a deixar numa carteira 20% do dinheiro que é liberado para ele, rendendo Poupança, para tirar quando ele for liquidar. Essa é a realidade.

Para V. S<sup>a</sup> que é do TCU, quero alertar sobre isso.

E quero alertar para a parte dos financiamentos do BNDES: o BNDES tem feito coisas maravilhosas, financiamentos para produtores, mas só meia dúzia de produtores pegam financiamento do BNDES. Se perguntar em qualquer cidade do interior onde é a sede do BNDES, ninguém sabe. Ele tem de ir ao Rio de Janeiro, a sede do BNDES ainda é no Rio de Janeiro. Os bancos que repassam repassam com *spread* muito acima.

Hoje, no Brasil, o BNDES virou sinônimo de Friboi, que foi a empresa que mais pegou dinheiro do BNDES, industrializando em todos os ramos, fechando várias plantas frigoríficas deste País, monopolizando o preço do boi. Hoje, vende-se para o Friboi ou não se vende boi, porque eles fecharam várias plantas – compraram e fecharam com o dinheiro do BNDES. Então, o BNDES virou – novamente, quero aqui afirmar – sinônimo de Friboi, que foi a empresa que mais tirou dinheiro no BNDES e que mais tem prejudicado os pecuaristas deste País. E não só no ramo da pecuária, mas de frango, de porco, de leite. Eles entraram em tudo, massacrando os concorrentes.

Acho que não cabe ao Ministério da Agricultura dizer quem é que vai fiscalizar o pequeno agricultor. Temos uma diferença muito grande de uma região para outra. Se pudéssemos colocar o mapa do Centro-Oeste, aqui só se fala em micro e pequeno agricultor.

A Senadora Ana Amélia mostrou, no mapa que foi colocado, o que tinha de crédito para o grande, da demanda e do que foi liberado. Explico por que não foi liberado. Não é liberado, porque acima do limite de R\$200 mil, que já não é o pequeno agricultor, a grande parte dos agricultores está em demanda com o Banco do Brasil.

O TCU precisa lembrar que o produtor rural passou por descasamento de crédito, pelo Plano Collor, quando a dívida dele aumentando a sua dívida em 87%, do dia 13 para o dia 15 de março de 1990. Depois disso, tivemos seca; depois, tivemos descasamento de preços; depois, tivemos aftosa; depois, tivemos bloqueio econômico mundial, em que nossos produtos não valiam.

Então, faço uma reflexão, dizendo que o TCU precisava analisar e fiscalizar principalmente o dinheiro do BNDES. O Ministério da Agricultura, quando



fala em aplicar dinheiro para pequeno e microprodutor, precisamos saber, na Região Centro-Sul, qual é o módulo para ser um pequeno produtor, porque a Senadora Ana Amélia mostrou muito bem aquela fotografia. Duvido que aquela fotografia seja de uma propriedade brasileira. Aquilo foi muito bonito, mas cuidado, porque o Presidente Lula, numa época, mostrou uma agricultura familiar, e ela não o era, não era filmado aqui, e nós estamos, às vezes, caindo no mesmo ponto.

Vamos mostrar a nossa realidade. A casa dos pequenos produtores, neste País, ainda é de pau a pique. Se os pequenos produtores deste País, não se aposentarem, não tiverem o dinheiro da aposentadoria, nas pequenas e micropropriedades, eles não dão conta de sobreviver.

Acho que, no centro-sul deste País, com menos de 500 hectares, não se sobrevive. Digo mais ainda: o produtor tem de trabalhar lá, tirar o leite, levá-lo para a cidade, chegar com o odor do curral e, às vezes, é impedido de entrar no banco. Às vezes, com a porta eletrônica, o banco o breca, porque esses produtores sempre carregam um canivete do lado, mas, às vezes, o banco o breca pelo odor com que entram nas agências com ar condicionado.

Essa é a posição de um produtor. Sou um homem que estou no Senado Federal, mas moro há 38 anos na minha propriedade. Não tenho casa em cidade. Moro numa propriedade em Quirinópolis, onde, por motivo de agricultura, fiquei totalmente endividado, porque não tinha seguro, e tive de partir para a produção de cana.

Hoje, sou um grande produtor de cana para usina; até o momento, está sendo bom, mas estamos sabendo das dificuldades. Ontem, tive a informação de que, no Brasil, nós já temos 58 usinas pedindo recuperação de crédito, com mais de 60 mil funcionários demitidos.

Essa é a posição do agronegócio, que, quando o Presidente ou a Presidenta deste País sai, ela se orgulha do agronegócio, da divisa que o agronegócio traz a ao País. Mas cuidado porque esse sorriso pode virar lágrima e choro amanhã! Porque, hoje, nós temos orgulho de dizer que podemos alimentar o mundo, e, às vezes, não daríamos conta de alimentar o próprio trabalhador da agricultura familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Senador Fleury, e queria cumprimentar a V. Ex<sup>a</sup> por dizer que, na sua atividade em plantar cana, está achando que, até agora, está bem. Eu tenho de dizer a V. Ex<sup>a</sup> e aos demais companheiros que, no meu Estado, que já foi o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, o setor acabou. Nós tínhamos mais de 40 usinas e estamos, hoje, resumidos a 16. Quem não entrou em pré-falência, fechou. Então, é um problema para a reflexão do Governo, porque é um setor que, realmente, contribuiu muito para o desenvolvimento deste País.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLYC** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, cumprimento o Senador Ruben Figueiró



pela iniciativa desta audiência pública. Srª Senadora Ana Amélia, Ruben Figueiró e Fleury, senhores Marcelo Porteiro Cardoso, José Rubens Dutra Mota, Amoque Benigno de Araújo e Oduval Lobato Neto, cumprimento-os pelas exposições.

Eu gostaria de centrar as minhas questões para solicitar, sobretudo dos representantes do BNDES, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, sobre o microcrédito e também crédito para as cooperativas. Todos falaram na importância do microcrédito: qual é, hoje, nas suas respectivas instituições, o valor aproximado médio do microcrédito que tem sido colocado? E para quais finalidades? Inclusive, não sei se o Sr. José Rubens ouviu: qual o valor médio das operações de microcrédito e, sobretudo, para quais atividades tem sido? E qual é o grau de a adimplência que tem se observado? E como evoluiu o microcrédito nesta última década, quando as instituições de crédito no Brasil passaram a dar maior importância a ele, bem como à agricultura familiar? E se distinguem o microcrédito em relação à agricultura familiar? E se há valores diferentes para essas finalidades? E, também, no que diz respeito às cooperativas: em que medida as respectivas instituições de crédito estão dando o apoio às formas cooperativa de produção, e se podem nos dar alguns números da evolução disso?

Tendo em conta as observações do Senador Fleury, acho que, sobretudo, da parte do BNDES, eu acredito que o Sr. Marcelo Porteiro Cardoso irá esclarecer melhor em que medida o BNDES tem tido a preocupação de não, apenas, estar financiando uma única empresa, mas um conjunto de empresas. Inclusive, do próprio setor de carnes e frigoríficos, não se tornando, o BNDES, uma instituição que estaria a financiar apenas uma empresa, porque foi criado uma imagem que me parece não é a mais adequada, com todo o respeito ao Senador Fleury.

Acho importante que isso seja esclarecido, inclusive ao representante do Tribunal de Contas, Amoque Benigno de Araújo, se há alguma observação da parte do Tribunal de Contas com respeito a eventual favorecimento de tal e qual setor da economia em prejuízo de outros. Aí, cabe ao Tribunal de Contas chamar a atenção de qualquer das instituições aqui presentes.

Muito obrigado, Presidente Benedito de Lira.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Encerrada a participação... Gostaria de fazer alguma manifestação, Senador?

Eu concedo a palavra, para as respostas, ao Sr. Oduval Lobato.

**O SR. ODUVAL LOBATO NETO** – Iniciando pelos comentários da Senadora Ana Amélia, a questão fundiária, realmente, na Amazônia, é um negócio muito difícil, acho até que diferentemente de outras localidades, outras regiões. Eu me referi mais aos Estados de Roraima e do Amapá, que vêm de territórios, e a Senhora sabe que lá é crucial.

O que o Banco da Amazônia tem feito? Promovido reuniões, como para tudo a gente faz. Eu falei da integração de política, nós trabalhamos, basicamente, com 22 ou 23 políticas diferenciadas de Governo. Eu me lembro de que quando o amigo Amoque falava das dificuldades, parece que as áreas de Governo não se entendiam, não conversavam. Eu me lembro de que, no



Ministério da Integração, há bastante tempo, a gente vem trabalhando, desde a concepção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional na sua primeira fase, na sua construção toda. Chegou um momento, para a senhora ter uma ideia, em que a CGU interpelou os bancos por serem omissos na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Nós mostramos à CGU que os bancos não foram omissos. Quando o Ciro Gomes era Ministro da Integração, ele não autorizou, não implementou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional enquanto não houvesse a harmonia e o consentimento de todos os bancos. Lá participaram todos os bancos, naquela fase, porque a gente percebia que havia inconsistência em relação à tipologia dos municípios. Nós demonstramos, através de relatórios, documentos e memórias das reuniões, ouvindo todos os Estados da Amazônia sobre a questão da PNDR. E assim a gente tem feito.

Para a senhora ter uma ideia do nosso planejamento, mostrei ali alguns exemplos de políticas que a gente precisa trabalhar. Tudo o banco faz, o banco foi pioneiro nisso nos encontros, nos debates, e lá discute com a sociedade, o Governo com a sociedade, para colher o subsídio e formular os planos, submetendo-os ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, que tem até o dia 15 de dezembro para aprovar o plano. E assim tem feito. Para resolver esses problemas, tem feito reuniões em todos os Estados onde é mais evidente a situação, no caso, do Amapá e Roraima.

Eu lhe diria que a minha experiência é de 37 anos de serviço. Conheço desde os bastidores da criação dos fundos constitucionais até as primeiras operações. Até hoje venho trabalhando nessa área, e não é fácil. Às vezes, as picuinhas – e já escrevi isso em trabalhos técnicos que elaborei – dificultam a implementação das políticas.

A senhora acredita que, às vezes, o Governo, por ser de um partido e quem está no Incra ser de outro, não se aturam, não sentam para conversar, definir. Isso tem acontecido, o que emperra o processo. Há os recursos, a dotação, o Ministério define como política de alocação no mínimo 5% dos recursos dos fundos constitucionais – a senhora viu que são volumes significativos, – mas, infelizmente, isso não avança. A própria política do crédito recomenda uma adequada política. Se eu não aplico recurso com a adequada política de garantia, a CGU me fiscaliza e vem em cima, como tem apontado nos achados de auditoria.

Então, a CGU, eu diria, hoje, é muito eficiente no serviço que faz e se tornou uma parceira dos bancos, porque ela aponta as divergências, o que ela detecta de erros e de inconsistências e chama a atenção e trabalha junto, para que a gente corrija.

E, nesses Estados menores, a gente tem tido. Um exemplo de sucesso, eu diria, foi a Operação Arco Verde Terra Legal, porque todos convergiram para objetivos comuns de resolver e conter desmatamento. E o exemplo que tenho era o de Tailândia. Tailândia foi tida na mídia como o vilão do desmatamento. O Prefeito chegou desesperado, batendo à nossa porta. Era de um partido diferente do partido da Governadora Ana Júlia, naquela época. Ele



disse: "Não há outra coisa, a não ser bater à porta da Governadora e pedir ajuda". E assim foi feito.

Hoje, Tailândia deu a volta por cima, como Paragominas também, que era considerada... Era até Município que se tratava com termos pejorativos e que deu a volta por cima. Hoje é um modelo de Município verde; Tailândia, também.

E assim a gente tem feito. Mas infelizmente, em algumas situações, a gente não consegue reunir. A gente vai, reúne, promove encontro, não sei o quê... Em outros a gente não consegue promover os encontros para as questões que eu aponto. Infelizmente, a gente vai alcançando os objetivos de acordo com aquilo que é possível.

Então, essas são as considerações que eu teria a fazer em relação à colocação que a senhora falou.

Em relação ao Senador Eduardo Suplicy, Senador, temos um programa de microcrédito produtivo orientado, atendemos às cooperativas. O senhor sabe que não é tão forte na Amazônia esta questão do associativismo e do cooperativismo, que é enfraquecida. Não temos, assim, uma atuação muito forte.

O associativismo foi uma condição imposta e criada como modelo todo programado, definido, para a concessão do crédito através do Pronaf, porque foi a forma que a gente conseguiu para poder conceder o crédito sem a efetiva garantia ao crédito. Então, através do associativismo, do aval solidário, a gente consegue.

Mas mostrei aqui o desempenho em termos da agricultura familiar, mas, em termos do microcrédito produtivo, a nossa atuação ainda é pequena. Estamos expandindo a nossa carteira, o que envolve todo um sistema, digamos assim, de orientação, de educação para isso, de acompanhamento, via uma cooperativa, que foi criada com finalidade específica para isso. Infelizmente eu não trouxe dados, vou ficar lhe devendo. Posso fazer um relatório, nós temos um relatório sobre isso. Infelizmente, eu não o trouxe aqui no meu material, e posso encaminhá-lo a esta Comissão.

Então, vou ficar lhe devendo, não tenho a média para lhe dizer.

Em relação à inadimplência, pelo que acompanho, ela gira em torno de mais ou menos 1%, é bem pequena.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Banco do Nordeste.

**O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA** – Com relação à pergunta e aos comentários do Senador Ruben e da Senadora Ana Amélia, realmente, quando nós aplicamos no Semiárido – e o nome já está dizendo, Semiárido –, na agricultura, se não tivermos uma política de seguro que evite que o agricultor e o pequeno produtor hipotequem sua propriedade em casos de estiagem... E sabemos que, no semiárido, em cada dez anos, nós temos seis anos de estiagem e não sabemos quais. A meteorologia ainda não tem essa precisão. Então, precisa-se, sim, de política pública.



Quando se vê o eslaide que o Amoque mostrou da aplicação do seguro do Zarc e do seguro rural, há um vazio no Norte e no Nordeste. Isso se reflete nas nossas aplicações no Semiárido, porque seríamos irresponsáveis... Nós somos instituições financeiras, temos os órgãos fiscalizadores, seguimos regras e regulamentos. Caso tivéssemos uma política de seguro, de seguro-garantia, que realmente desse esse conforto, com certeza as aplicações no Semiárido seriam diferentes e fariam a diferença.

Essa questão, realmente... O Proagro é um seguro de crédito; o seguro de renda seria o seguro Safra, que também tem nos atendido. Nós, que somos nordestinos, sabemos da dificuldades que tínhamos.

Eu já fui gestor público nos idos de 1994, quando tivemos uma grande seca, e havia aquelas invasões, o flagelo. Neste ano, em 2011, 2012, 2013, houve uma grande estiagem, grandes prejuízos, mas não houve saques, morte de seres humanos por fome.

A questão hoje é econômica. A questão principal, hoje, é ver um pequeno produtor perder suas 10 cabeças de gado e voltar à estaca zero quando a sua poupança, feita ao longo de anos, é perdida por essa questão.

Então, nós achamos, sim, que... E fico feliz com a apresentação do Amoque e esses achados. Que isso continue, Amoque, e tenhamos o aperfeiçoamento desses institutos de seguro.

Senador Suplicy, realmente, como o Oduval, eu não tenho maiores informações, mas o microcrédito do Banco do Nordeste começou há mais de dez anos, com o Crediamigo, que serviu de exemplo para o Crescer, do Governo Federal. Então, temos, realmente, uma experiência muito forte: o acompanhamento, a assistência técnica, a forma de remunerarmos o próprio assessor de crédito. Isso faz com que a inadimplência seja muito baixa.

No caso do Agroamigo, no setor rural, a média é em torno de R\$2 mil, que é o antigo Pronaf B. Eles são aplicados mais na pecuária. O maior percentual é na bovinocultura, mas aplicamos também na ovinocaprinocultura, no artesanato e no turismo rural, em pequenas parcelas. Eu posso também encaminhar informações maiores aqui para a Comissão, mas é em torno de R\$2 mil. E a inadimplência, Senador, não pode ser mais de 2%, porque torna inviável. Então, ela permanece sempre abaixo de 2%.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu agradeço muito e agradeço também se puderem mandar as informações, porque estou acompanhando este tema e quero ter mais dados a respeito.

Obrigado.

**O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA** – Encaminharemos à Comissão e ao seu gabinete.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado.

Agora, com a palavra, o representante do BNDES.

**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Segundo pela ordem, primeiro, responder ao Senador Ruben. Sobre a questão de áreas degradadas no



Mato Grosso do Sul, entendemos que é algo muito crítico. Temos acompanhado a discussão em diversos fóruns com especial atenção. Inclusive, fizemos, recentemente, um acordo institucional envolvendo Embrapa, Febraban, Senar, CNA e ABDE, justamente para reforçar toda a questão de capacitação e de entendimento do modelo de Programa Agricultura de Baixo Carbono para que isso chegue com mais clareza e mais transparência na ponta para o agricultor.

Então, estamos totalmente à disposição para fazer o fomento lá. Temos total interesse em interagir com as organizações, com as instituições representativas de classe do setor lá no Mato Grosso do Sul, assim como em outros Estados. Então, nos colocamos à disposição para isso.

Com relação à questão da fábrica de fertilizantes...

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – V. S<sup>a</sup> me permite?

Eu agradeço muito a disposição do BNDES, mas eu gostaria que ele fosse lá.

**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Sim, claro.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – Promovesse uma reunião, um seminário talvez, para esclarecer que o BNDES pode contribuir muito, não somente no Programa do Baixo Carbono, como também pela recuperação das terras degradadas, que está também dentro do Programa de Baixo Carbono.

**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Perfeito.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – É muito importante a presença do BNDES nessa exposição lá no meu Estado.

Muito obrigado.

**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Correto. Estamos à disposição. Inclusive, podemos mobilizar outros bancos e, eventualmente, outras instituições para estarem presentes também. Temos um relacionamento muito próximo com a Embrapa. Então, estamos à disposição para estar presente lá no Estado. O senhor pode nos mobilizar que estamos plenamente à disposição.

Com relação à questão da fábrica de fertilizantes, eu gostaria de receber mais informações. A minha área não é responsável por esses projetos, mas temos informações de que Vale e Petrobras têm projetos importantes e grandes nesse setor, que estão sendo tocados adiante. Da parte do banco, não há qualquer restrição. Apoiamos esse tipo de investimento. Depois, eu gostaria de receber mais informações. O senhor falou que teria algum atraso em relação ao projeto. Eu gostaria de receber mais informações sobre essa questão para poder interagir com a área responsável por esses projetos no banco.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – Dr. Marcelo, V. S<sup>a</sup> tem conhecimento de que o BNDES financia essa obra da Petrobras lá em Três Lagoas, a fábrica de fertilizantes?



**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Eu não sei a localidade.

Eu sei que a Petrobras tem projetos de fertilizantes pelo País. Eu não tenho certeza, porque a minha área não é a responsável. Então, eu não tenho certeza.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – Para esclarecimento a V. S<sup>a</sup>, há mais de dois anos, esse projeto está em execução. A informação que se tem lá é de que, por falta de aporte de recursos por parte dos órgãos de crédito do Governo Federal, a obra está praticamente paralisada, e já foram demitidos de 2 a 3 mil operários que lá estavam trabalhando na edificação da fábrica.

Gostaria que V. S<sup>a</sup> se inteirasse melhor do assunto e comunicasse aqui à Comissão...

**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Sim. Perfeito.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MS) – ... qual é a presença do BNDES, qual é o valor dessa presença e por que a obra está paralisada, ou em processo de paralisação.

Muito obrigado.

**O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO** – Perfeito, Senador.

Vamos levantar essa informação. A gente não tem notícia de que há qualquer tipo de atraso na liberação de recursos por parte do BNDES para esses projetos, mas, enfim, eu vou checar e mantendo, aqui, a Comissão informada.

Da Senadora Ana Amélia, os comentários em relação à questão da armazenagem, os déficits. De fato, tem um déficit importante que a gente tem que atacar. Eu não tenho os números globais, porque a gente tem a visão a partir do banco.

Eu me lembro de um número que foi divulgado há algum tempo, que era uma projeção da FAO, que dava conta de que a capacidade estática deveria ser igual a aproximadamente 1,2%, ou seja, 120% da produção, e o Brasil estaria como algo em torno de 0,8% e 0,9%.

Eu não tenho uma atualização desses números. Acredito que eles tenham evoluído de maneira significativa, porque os programas que foram criados incentivaram, de fato, o financiamento e o aumento da armazenagem. No caso do banco, a gente financiou, no ano-safra passado, R\$2,2 bilhões, especificamente, em armazenagem.

Nas cooperativas de produção, a gente atua tanto no lado da produção, quanto no lado das cooperativas de crédito. Nas cooperativas de produção, a gente investiu, no ano passado, R\$4 bilhões, aproximadamente. Depois eu passo os dados precisos por um relatório à Comissão, mas, de fato, é algo que é bastante prioritário nas políticas do banco. A gente apoia, inclusive, toda a parte de beneficiamento e de agroindústria também dessas cooperativas.

O Senador Fleury levantou a questão da presença local, que é importante, é um fato a que a gente está sempre muito atento. A gente tem uma rede de bancos operadores muito ativa e que a gente acompanha. Apesar de ele ser responsável pela concessão do crédito, todo o processo dele é verificado, é auditado, inclusive, pelos órgãos de controle.



O ano passado, o banco fez mais de um milhão de operações em todo o Brasil, atingindo, praticamente, 100% dos Municípios brasileiros. O cartão BNDES é um bom exemplo de como o banco tem chegado cada vez mais próximo do empreendedor, do pequeno empreendedor.

Aproximadamente metade dos recursos do banco, desembolsos, são repassados de forma indireta, pegando bem o porte de micro, pequenas e médias empresas.

O banco, então, tem feito um esforço de fomento, de ter presença também local, de participar de fóruns, de seminários, locais de divulgação das linhas do BNDES.

O agente financeiro tem obrigação de seguir todo o rito, e, no caso dos programas agrícolas, as taxas são fixas. Então, ele não pode repassar por taxas superiores as taxas que estão estabelecidas nos programas dos Ministérios. É obrigação dele, ele está sujeito a penalidade caso faça diferente. O banco tem uma ouvidoria, que pode ser acionada em caso de descumprimento desse regramento. Isso é observado de maneira bastante rigorosa pelo BNDES.

Com relação ao setor frigorífico, o banco, na verdade, seguiu uma recomendação de política industrial. A política industrial brasileira já vinha apontando esse setor como um setor em que o Brasil tem competência e tem vantagens competitivas em relação a outros países.

Então, o banco apoiou não só a Friboi/JBS, mas diversas outras empresas e cooperativas, também, de diversos portes. A gente tem uma carteira muito grande de frigoríficos apoiados, justamente por essa indicação da política industrial, da PDP, e, mais recentemente, do Plano Brasil Maior, de que esse é um setor em que o Brasil tem competência e, de fato, tem mostrado essa competência no mundo, inclusive com a aquisição de plantas no exterior.

Então, o banco, cumprindo essa política, apoiou o setor de maneira global, não uma ou outra empresa, mas diversas empresas, inclusive cooperativas.

O cooperativismo, na parte de processamento de proteínas, é muito forte. A gente apoia as grandes cooperativas, pequenas cooperativas – a Aurora, a Coamo, C.Vale. Várias cooperativas são apoiadas pelo BNDES nessa parte de processamento de proteínas também.

O Senador Suplicy levantou a questão relacionada ao microcrédito. O banco vem atuando, cada vez, mais fortemente no microcrédito.

Ele tem uma carteira hoje, considerando o repasse na ponta de aproximadamente 2,2 bilhões dentro da filosofia do microcrédito produtivo e orientado, com baixíssima inadimplência. E temos uma alocação especial via cooperativas de crédito. Então, temos apoiado, inclusive com recursos do fundo social do BNDES, recursos não reembolsáveis a partir do lucro do BNDES, a expansão do cooperativismo para outras regiões que não tenham um cooperativismo tão desenvolvido. O colega lembrou aqui a questão do norte do País que não tem o associativismo, o cooperativismo tão desenvolvido como no



sul. O banco tem feito um esforço também de apoiar a expansão desse cooperativismo com recursos não reembolsáveis.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me, Sr. Presidente, só um detalhe a mais.

O Senador Fleury mencionou que o BNDES tem sua sede no Rio de Janeiro e não tanto, mas poderia V. S<sup>a</sup> explicar como o BNDES atua nas mais diversas regiões do País, nos mais longínquos Municípios? Através de agências do Banco do Brasil ou de agentes financeiros? E as cooperativas de crédito? E também, se puder, nos dar o valor médio do microcrédito e, se tiver outra qualificação, também, por favor.

**O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA** – De fato, o banco está presente via parceria com os bancos públicos e privados, bancos de desenvolvimento locais também, cooperativas de crédito, bancos cooperativas. Então, todo sistema financeiro nacional é parceiro do BNDES e ajuda nessa capilarização do crédito. Como eu disse, isso é feito sob um regramento muito rígido. Os bancos são obrigados a observar esse regramento, sob pena de serem penalizados, inclusive pelos órgãos de controle que fiscalizam esses contratos. E o banco, como mencionei, chegou a praticamente todos os Municípios brasileiros no ano passado, com mais de um milhão de operações realizadas, especialmente no financiamento de máquinas e equipamentos, com tipo baixo de financiamento. Mostra uma capilarização e uma disposição do banco de chegar cada vez mais próximo do micro e do pequeno.

O cartão BNDES é um exemplo muito forte disso, um programa muito bem-sucedido, com crédito rápido, ágil, concedido em uma base de crédito rotativo de maneira totalmente eletrônica e que tem tido bastante sucesso nessa aproximação com os pequenos empreendedores.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E o valor médio do cartão BNDES...

**O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA** – O cartão BNDES, não tenho dados precisos aqui, mas eu diria que deve estar algo em torno de R\$20 mil a R\$25 mil. Posso passar depois para a Comissão.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone.*) – ...que o Senador Suplicy abordou. Nessa informação que V. S<sup>a</sup> passará para a Comissão a respeito da repartição do crédito, da participação do sistema cooperativo que seja dividido, cooperativas de produção e cooperativas de crédito. São duas operações diferentes. Pode quantificar melhor o volume e o montante dos repasses feitos? Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dr. Marcelo.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Fleury.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Queria que se confirmasse se a cooperativa Aurora já é do grupo, se não me engano, Friboi, já é de propriedade do Friboi.

**O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA** – Não temos essa informação. Temos relacionamento com a coopeartiva e não temos qualquer informação de que ela seja do grupo.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Então, queria que V. S<sup>a</sup> levantasse e passasse para nós, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Para encerrar, concedo a palavra ao representante do TCU, Amoque Benigno.

**O SR. AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO** – Obrigado.

A Senadora Ana Amélia nos questionou a respeito do atraso no pagamento ou na transferência das subvenções do seguro rural para as entidades. De fato, como foi mostrado, isso acontece, isso tem acontecido. Em parte, é falha de gestão, mas também há o problema do contingenciamento. Então, verificamos alguns repasses, por exemplo, de 2011, sendo transferidos em 2012; de 2012 para 2013, por conta do problema do contingenciamento. É claro que a questão da gestão também é uma dificuldade. O Ministério da Agricultura ainda está desenvolvendo o sistema de controle interno adequado, ainda está muito incipiente. Mas um problema que pesa bastante é o problema do contingenciamento.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO** – Isso. O Senador Fleury fez um comentário a respeito da venda casada. Na venda casada, como ele colocou, o banco exige para um financiamento, ou alguma outra operação, exige que contrate outros produtos do banco. Nós, realmente, em outros trabalhos, ouvimos também essa mesma questão, mas é um comportamento que, no nosso caso, do TCU, a gente não tem instrumentos para identificar, para apontar. Talvez uma outra medida pudesse conscientizar melhor o agricultor ou o interessado e algum orgão do Governo pudesse atuar mais efetivamente e rapidamente nessas questões. Mas nós não temos instrumentos para indicar, para apontar isso.

Outro comentário, também, com relação ao BNDES e à Friboi, a nossa unidade, a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente não trabalham com o BNDES. É uma unidade, uma secretaria do TCU no Rio de Janeiro, onde é a sede do BNDES. Então, eu vou repassar essa informação que o senhor nos trouxe, eu já ouvi falar alguma coisa a respeito da Friboi no TCU, mas eu não posso afirmar que tem algum procedimento, algum processo instaurado. De qualquer forma, nós vamos passar para a secretaria competente para ela trazer uma resposta a V. Ex<sup>a</sup>.

Com relação ao Senador Suplicy, eventual favorecimento a algum setor da economia pelas instituições financeiras, no caso a unidade em que eu trabalho, a Secex Fazenda, a Fazenda Nacional, nós identificamos nos nossos



trabalhos muitas decisões que nós precisamos verificar se há alguma irregularidade, mas sobre as decisões desses órgãos, os colegiados, presidente, nós não temos ingerência. O que nós temos competência é avaliar se ela obedeceu as normas, a legislação, se foi cometida alguma irregularidade, ou resultado, ou impacto dessas decisões para a instituição para a economia, enfim.

Mas, de fato, apontar ou afirmar que houve algum favorecimento irregular, ainda não temos como decidir dessa maneira, interpretar dessa maneira nos nossos trabalhos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Nos resta agora agradecer, em nome da Comissão, os nossos convidados, na pessoa do Oduval Lobato, do Banco da Amazônia; do Rubens Dutra, do Banco do Nordeste; do Marcelo Porteiro, do BNDES e do Amoque Benigno, do TCU.

Agradeço aos companheiros da Comissão e nos resta convocá-los para a próxima reunião administrativa, na quinta-feira.

E não havendo mais nada a tratar, eu encerro a presente sessão.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Reunião sempre no horário dos que acordam cedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – No horário regimental das 08h30.

E agradeço a todos.

Muito obrigado.

*(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)*